

**O OLHAR INVESTIGATIVO SOBRE O TRABALHO DO ATENDIMENTO  
EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) EM UMA ESCOLA DO INTERIOR  
PAULISTA**

***THE INVESTIGATIVE LOOK AT THE WORK OF SPECIALIZED EDUCATIONAL  
SERVICE (S.E.S) IN A BRAZILIAN SCHOOL***

Ana Paula Bertunes de Paula<sup>1</sup>

Estéfani dos Santos Barbosa<sup>2</sup>

Thiago Ferigati Squiapati Nicolau<sup>3</sup>

**RESUMO**

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um atendimento essencial realizado na Sala de Recursos Multifuncionais, oferecido nas escolas regulares para crianças com necessidades educacionais especiais, zelando sempre pela aprendizagem e sendo essencial na qualidade da educação inclusiva. O objetivo dessa pesquisa é investigar o cenário responsável pelo desenvolvimento do aluno deficiente, bem como as metodologias e o apoio pedagógico na instituição de ensino para esse público-alvo. Este trabalho é uma pesquisa de campo de caráter qualitativo, utilizando-se de dados quantitativos, e os participantes envolvidos foram professores da sala regular e do AEE dos anos iniciais do Ensino Fundamental, contando com a participação do coordenador pedagógico e do diretor de escola. A coleta de dados foi feita com base na entrevista com a equipe envolvida no próprio AEE, compreendendo questionamentos sobre as metodologias e estratégias utilizadas pelos mesmos para a produção de um conhecimento social, cognitivo e efetivo em seus alunos, refletindo como tal ação implica no desempenho na sala de aula, buscando, assim, analisar os dados e compreendê-los para apresentar os resultados obtidos de forma sistematizada. Esses resultados apontaram para a importância do Atendimento Educacional Especializado e da Sala de Recursos

---

<sup>1</sup>Graduação em Pedagogia no Centro Universitário UNIFAFIBE de Bebedouro, SP. E-mail: annah\_bertunes2011@hotmail.com.

<sup>2</sup> Graduação em Pedagogia no Centro Universitário UNIFAFIBE de Bebedouro, SP. E-mail: estefanibarbosa337@gmail.com.

<sup>3</sup>Docente no Centro Universitário UNIFAFIBE de Bebedouro, SP. E-mail: thiagoferigati@yahoo.com.br.

Multifuncionais em uma instituição de ensino, pois por meio dessas alternativas do trabalho pedagógico foi possível visualizar a superação das dificuldades e dos desafios do aluno deficiente, contribuindo para seu desenvolvimento integral na educação e na sociedade. Constatou-se, ainda, que, na educação inclusiva, o papel do professor também é de grande importância no processo de uma transformação significativa na vida dos educandos.

**Palavras-chave:** Sala de Recursos Multifuncionais; Atendimento Educacional Especializado; inclusão; deficiência.

## 1 INTRODUÇÃO

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) trata-se de um direito fundamental que é oferecido nas escolas regulares, sendo garantido pela Constituição Federal (1988) e amparado pela Legislação Educacional, inclusive pela Lei de Diretrizes e Bases da Educacional Nacional (1996). Esse atendimento também deve ser fornecido no horário oposto ao horário da sala regular de aula (contraturno), por professores que tenham formação que lhes possibilitem essa atuação específica e a participação da família é fundamental para o desenvolvimento do aluno.

O AEE, conforme o seu nome sugere, é um atendimento especializado, que organiza recursos pedagógicos; esse tipo de atendimento de maneira nenhuma pode ser caracterizado como reforço escolar, é realizado de preferência na Sala de Recursos Multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular organizada para esse fim.

Esses estudantes com necessidades educacionais especiais, atendidos pelo AEE, precisam ser amparados por uma adequação no currículo, ação que passa a ser primordial para a qualidade do ensino-aprendizagem e também para garantir o acesso, a permanência na escola e um ensino de qualidade, pontos essenciais que confirmam a educação como direito.

O presente trabalho tem como objetivo compreender sobre a eficácia do professor da sala de aula e entender as práticas educativas em sala de recursos multifuncionais, e como influenciam na aprendizagem e auxiliam nas necessidades educacionais de cada aluno e, ainda, analisar sobre as vantagens das metodologias existentes no processo de ensino dos educandos, além de entender o processo de

inserção de crianças com deficiência dentro do ambiente escolar e no atendimento educacional especializado e se as metodologias adotadas no AEE estão desenvolvendo o lado social e cognitivo dos alunos com deficiência, suplementando e complementando o trabalho do professor da sala regular e, conseqüentemente, contribuindo para a melhoria do processo de escolarização do aluno.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Conceito de Educação Inclusiva**

A educação inclusiva é uma proposta educacional que passa por todos os níveis e etapas da educação, e tem como objetivo garantir condições iguais de acesso, permanência e êxito no processo de escolarização; além disso, tem o intuito de atender e responder as necessidades dos alunos com necessidades independentemente de suas condições sociais, econômicas, culturais, raciais e de desenvolvimento. Todos os alunos deverão ser inseridos em escolas regulares, pois a aprendizagem em grupo é a melhor forma de beneficiar a todos.

Para Selma Inês Campbell (2009), mesmo que esse tema tem se tornado algo tão debatido a cada dia que passa, as pessoas com necessidades educacionais especiais ainda são marginalizadas. Esse público-alvo não pode ser considerado incapaz, e sim pessoas que, com limitações mentais, físicas e sensoriais, também têm direito à aprendizagem.

Ainda de acordo com Campbell (2009), aprender a se relacionar com indivíduos que possuem habilidades e competências diferentes é importante para o desenvolvimento de valores éticos, tais como dignidade, respeito, igualdade, solidariedade, de maneira a constituir uma sociedade mais justa e igualitária.

Atualmente, a educação inclusiva tem sido muito discutida, analisada e ressignificada, buscando alcançar todas as crianças que precisam e os alunos, que antes eram atendidos de forma isolada nas instituições, hoje passam a ser matriculados no ensino comum da classe regular. Lembrando que as atividades realizadas nessa proposta educacional devem ser diversificadas, de acordo com as

características e individualidade de cada aluno, tendo uma abordagem flexível, buscando compreender a situação do público-alvo.

### 2.1.1 Educação Inclusiva, Legislação e História

Para alcançar todos esses objetivos, ao longo do tempo foram criadas leis que assegurassem aos alunos essa inclusão, garantindo o seu desenvolvimento e, conseqüentemente, evitando práticas de discriminação e preconceito.

De acordo com o artigo 205 da Constituição Federal:

[...] a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1998).

Diante disso, não bastam só os direitos e fundamentos legais, é preciso a colaboração da família, pois crianças que têm acompanhamento familiar e que interagem com a escola vão apresentar um melhor desempenho na sua vida escolar, mas também não se pode transferir toda a responsabilidade à família. Cabe ao poder público garantir uma educação de qualidade e saúde física e mental, pois juntos serão indissociáveis para a construção do conhecimento da criança. Para a construção de uma sociedade inclusiva, é preciso uma mudança no pensamento e na estrutura da sociedade e o que irá desencadear essas mudanças é a real aceitação das pessoas com deficiências e essa aceitação deve começar pela própria família.

Um marco importante na luta pela inclusão é a Declaração de Salamanca (1994), que tornou-se e ainda é um documento marcante para a área de Educação Especial e, a partir dela, que o termo “inclusão escolar” passou a influenciar a elaboração de políticas públicas e práticas educacionais no país, tendo um posicionamento favorável aos princípios de educação inclusiva em classes regulares:

Escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 1).

Para Morin (2004, p. 11) “uma educação só pode ser viável se for uma educação integral do ser humano. Uma educação que se dirige à totalidade aberta do ser humano e não apenas a um de seus componentes”.

De acordo com a autora, a verdadeira inclusão das pessoas é aquela que consegue desenvolver todas as capacidades do aluno com algumas necessidades educacionais especiais será construída pela qualidade das relações que elas estabelecem com outras pessoas, pelo respeito e seu espaço na sociedade, sendo capaz de se inserir no mercado de trabalho.

Outro ponto importante para a educação inclusiva é o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, que deve ser pensado e elaborado de forma coletiva, para garantir, por meio da aprendizagem, um desenvolvimento transversal, um currículo adaptado identificando as necessidades educacionais específicas dos alunos e, conseqüentemente, criando atividades direcionadas para cada um deles; também deve haver profissionais tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais, guia-intérprete e professores capacitados para esse trabalho.

Art. 10 O projeto pedagógico da escola de ensino regular deve institucionalizar a oferta do AEE prevendo na sua organização: I – sala de recursos multifuncionais: espaço físico, mobiliário, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos; II – matrícula no AEE de alunos matriculados no ensino regular da própria escola ou de outra escola; III – cronograma de atendimento aos alunos; IV – plano do AEE: identificação das necessidades educacionais específicas dos alunos, definição dos recursos necessários e das atividades a serem desenvolvidas; V – professores para o exercício da docência do AEE; VI – outros profissionais da educação: tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais, guia-intérprete e outros que atuem no apoio, principalmente às atividades de alimentação, higiene e locomoção; VII – redes de apoio no âmbito da atuação profissional, da formação, do desenvolvimento da pesquisa, do acesso a recursos, serviços e equipamentos, entre outros que maximizem o AEE. (BRASIL, 2009, p. 3).

O PPP deverá ofertar o Atendimento Educacional Especializado que se trata de um recurso fundamental que garante os direitos de crianças e adolescentes com deficiência, sempre integrando a família para receber orientações e “trocar” experiências e é oferecido nas escolas regulares, sendo fundamentados pela Constituição Federal do Brasil (1988), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) e a Lei nº 8069/90, que “Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente” (ECA), a qual garante, em seu artigo 55, que “Os pais ou responsável têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”.

Esse atendimento também deve ser fornecido no horário oposto ao horário regular de aula (contraturno), por isso é necessária uma sala de recursos multifuncionais, o ideal é que a própria escola tenha uma sala, ou em outra escola de ensino regular organizada para esse fim. Essa sala deve ter um ambiente dotado de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado, onde são oferecidos recursos apropriados a cada necessidade do aluno, além de ser um espaço muito importante para apoiar esses alunos em suas necessidades cognitivas e emocionais em todo o momento de sua vida escolar.

O AEE é destinado a alunos com deficiência física, intelectual, visual, auditiva, múltiplas, transtornos do espectro autista (TEA) e, atualmente, os alunos com altas habilidades/superdotação também são incluídos nesse atendimento, de acordo com a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96. No caso dos estudantes com deficiência atendidos pelo AEE, objeto de investigação dessa pesquisa, os materiais precisam receber uma adequação primordial para a qualidade do ensino-aprendizagem.

### **2.1.2 Sala de Recursos Multifuncionais**

Segundo o Ministério da Educação, as Salas de Recursos Multifuncionais (SRMF) são compostas por um espaço destinado ao Atendimento Educacional Especializado e esse espaço deve ser organizado com materiais didáticos, pedagógicos, equipamentos e profissionais com formação para esse atendimento (BRASIL, 2008).

A Sala de Recursos Multifuncionais é voltada para alunos que apresentem alguma deficiência e tem o intuito de ser flexível e tentar romper com práticas pedagógicas estabelecidas e, assim, potencializar o ensino e criar novas oportunidades e alcançar as especificidades de cada aluno para que o mesmo tenha uma educação de qualidade. O atendimento pode ocorrer de acordo com as necessidades de cada aluno, podendo ser realizado individualmente ou em grupos. A escola pode disponibilizar essa sala, oferecendo o AEE, e sendo organizada conforme o modelo:

Sala de recursos multifuncionais: espaço físico, mobiliários, matérias didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade; II- matrícula no AEE de alunos matriculados no ensino regular da própria escola ou de outra escola;

III- cronograma de atendimento aos alunos; IV- plano do AEE: identificação das necessidades educacionais específicas dos alunos, definição, dos recursos necessários e das atividades a serem desenvolvidas; V- professores para o exercício do AEE; VI- tradutor interprete de LIBRAS [...]. (BRASIL, 2010, p. 7).

É imprescindível que a escola ofereça e disponibilize esses recursos para que o aluno tenha sucesso na aprendizagem. Ainda de acordo com o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC (2012) as SRMF não podem ser confundidas com sala de reforço e sim como um ensino complementar, além de que as atividades desenvolvidas devem ser diferentes daquelas realizadas em sala de aula comum sempre com foco pedagógico e não clínico.

É importante a reflexão sobre o processo de alfabetização e letramento do aluno com deficiência, o mesmo poderá ser alfabetizado na idade certa, mas tudo dependerá da prática pedagógica desenvolvida pelo professor e materiais didáticos acessíveis em que tal escola precisará pensar em um currículo e estratégias que irão atender as necessidades e peculiaridades de cada aluno, oportunizando atividades relevantes, gerando, por consequência, um bom desempenho e desenvolvimento significativo desse educando.

De acordo com documentos elaborados pelo PNAIC (2012), o professor da sala de recursos e o professor da sala comum não devem achar que o aluno é incapaz de aprender por sua condição, eles devem criar circunstâncias que potencializem a aquisição de conhecimentos e devem ficar atentos para que a sala de recursos não se torne um mecanismo de exclusão, e sim um ambiente de conhecimento e experiências, valorizando e respeitando as diferenças e especificidades de cada um.

### **2.1.3 O professor no Atendimento Educacional Especializado**

Mantoan (2006) parte do princípio de que a inclusão deve ser de grande importância para o desenvolvimento do aluno deficiente e o papel do professor mediador faz com que esses alunos possam aprender significativamente de forma que todos tenham a mesma oportunidade. A autora nos faz refletir sobre o trabalho do professor que, muitas vezes, está despreparado e inseguro, pois se depara com crianças que apresentam diversos tipos de necessidades educacionais especiais, se tornando um desafio atender todos com qualidade, e, assim, acreditando que essas

crianças seriam atendidas melhor em uma escola especial ou uma classe especial. Ainda apresentado pela autora, um grande problema para os professores é o número de alunos em uma sala, não conseguindo dar atenção em especial aos alunos com necessidades educacionais especiais.

A preparação dos professores constitui questão primordial de todas as reformas pedagógicas em perspectiva, pois, enquanto não for à mesma resolvida de forma satisfatória, será totalmente inútil organizar belos programas ou construir belas teorias a respeito do que deveria ser realizado (PIAGET, 1984, p. 62).

O professor da Sala de Recursos Multifuncionais, por sua vez, deve ter uma formação que lhe possibilite essa atuação específica e sua função é de colaborar com o professor da sala regular definindo estratégias que contribuam para a interação do aluno deficiente com os outros alunos, tendo a oportunidade de conviverem e aprenderem juntos, favorecendo no processo educacional e em todo o contexto escolar, gerando, assim, uma educação de qualidade.

Na LDB, Lei nº 9394/96, artigo 59, inciso I, “assegura aos educandos, currículos, métodos, técnicas e recursos educativos para atender as suas necessidades”, mas algumas escolas não implantaram as mudanças determinadas pelas leis, então além da problemática da falta de recursos materiais há a falta de preparo dos professores.

Segundo Mantoan (2006) “Todos os níveis dos cursos de formação de professores devem sofrer modificações nos seus currículos, de modo que os futuros professores aprendam práticas de ensino adequadas às diferenças” (p.25), ou seja, a formação do professor é essencial para o processo de inclusão, ele terá mais segurança para exercer o seu trabalho, terá mais metodologias inovadoras e formas diferentes de ensinar.

Portanto, para a educação inclusiva, o Atendimento Educacional Especializado e a formação continuada do professor são necessários para que a inclusão aconteça da melhor forma, e, conseqüentemente, se apresentem melhoras significativas na aprendizagem das crianças envolvidas.

### **3 METODOLOGIA**

O presente trabalho é organizado inicialmente por meio de uma pesquisa bibliográfica como metodologia, que, de acordo com Gil (1999, p.69) “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. A seguinte pesquisa também é articulada e comprovada com uma pesquisa de campo, que, segundo Gonsalves (2001, p.67):

é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas [...].

A pesquisa de campo foi realizada por meio de questionários aplicados e relacionados à educação inclusiva e à estrutura e ao funcionamento do Atendimento Educacional Especializado (AEE), e, assim, propiciou analisar como profissionais da educação produzem suas práticas educativas e sua postura ideal diante de alunos deficientes, resultando em informações que serão utilizadas para o seu trabalho na melhoria do ensino e aprendizagem no âmbito escolar.

Assim, após a pesquisa bibliográfica, foi feita a coleta de dados na instituição de ensino fundamental anos iniciais, sendo realizada por meio de observações e questionários. Segundo Gil (1999, p.128), o questionário é definido:

Como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.

Os questionários contaram com um roteiro adaptado para cada cargo dos colaboradores (diretor, coordenador e professores) e as questões abordaram assuntos relacionados às metodologias e estratégias utilizadas pelos profissionais e as intervenções usadas por eles e como eles acreditaram ser a postura ideal docente diante de alunos com deficiência; revelando a importância desse atendimento.

Os já citados questionários foram entregues para todos os envolvidos nessa pesquisa e foram feitos os esclarecimentos do que se tratavam, inclusive a informação de que os participantes poderiam ficar à vontade para deixarem de responder qualquer uma das questões, não sendo obrigatória a sua identificação, de maneira que a identidade dos participantes teria total sigilo.

Os dados recolhidos foram analisados, resultando em uma análise qualitativa que, segundo Godoy (1995, p. 21), “[...]ocupa um reconhecido lugar entre as várias

possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes”.

De acordo com o autor, a pesquisa qualitativa facilita o entendimento dos conteúdos de forma sistematizada e são detalhadas por meio de tabelas e/ou gráficos, buscando ser complementada de forma quantitativa, de maneira a compreender, em números, o significado dos dados coletados.

## **4 RESULTADOS**

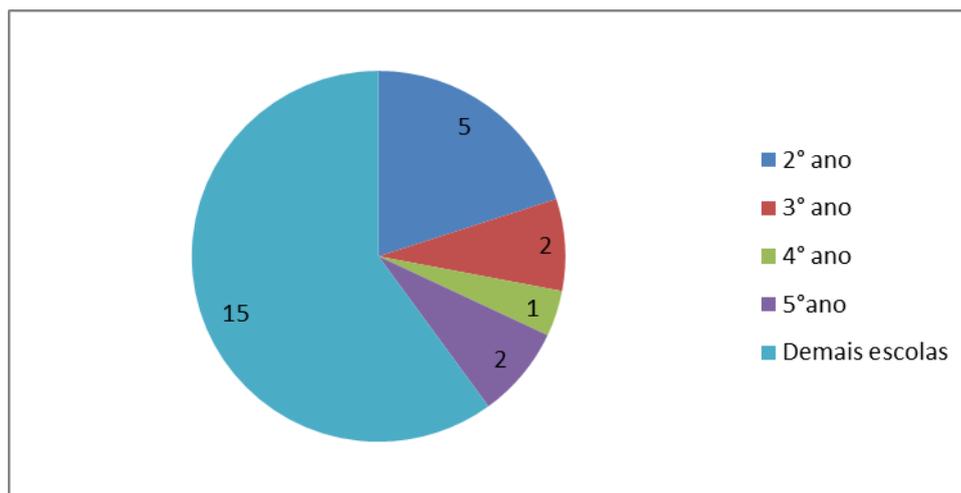
A entrevista aconteceu sem intercorrências, uma vez que cada entrevistado teve o período de uma semana para responder o questionário e, em seguida, as entrevistas foram recolhidas e analisadas. Assim, como resultados apontados, os 8 (oito) participantes, docentes e gestores que se comprometeram com a pesquisa, relataram sobre suas experiências e/ou práticas pedagógicas e metodologias utilizadas diante de alunos deficientes, visando à melhoria do ensino e aprendizagem no âmbito escolar.

### **4.1 ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO**

#### **4.1.1 A seleção de alunos para a sala de Recursos Multifuncionais:**

De acordo com a informação da gestão escolar da instituição de ensino mencionada na pesquisa, há uma Sala de Recursos Multifuncionais e tem apenas 1 (uma) professora que trabalha nesse espaço, no período da tarde. São 10 (dez) alunos dessa instituição que frequentam essa sala de Atendimento Educacional Especializado e 15 (quinze) alunos são de outras instituições de educação infantil.

**Gráfico 1:**



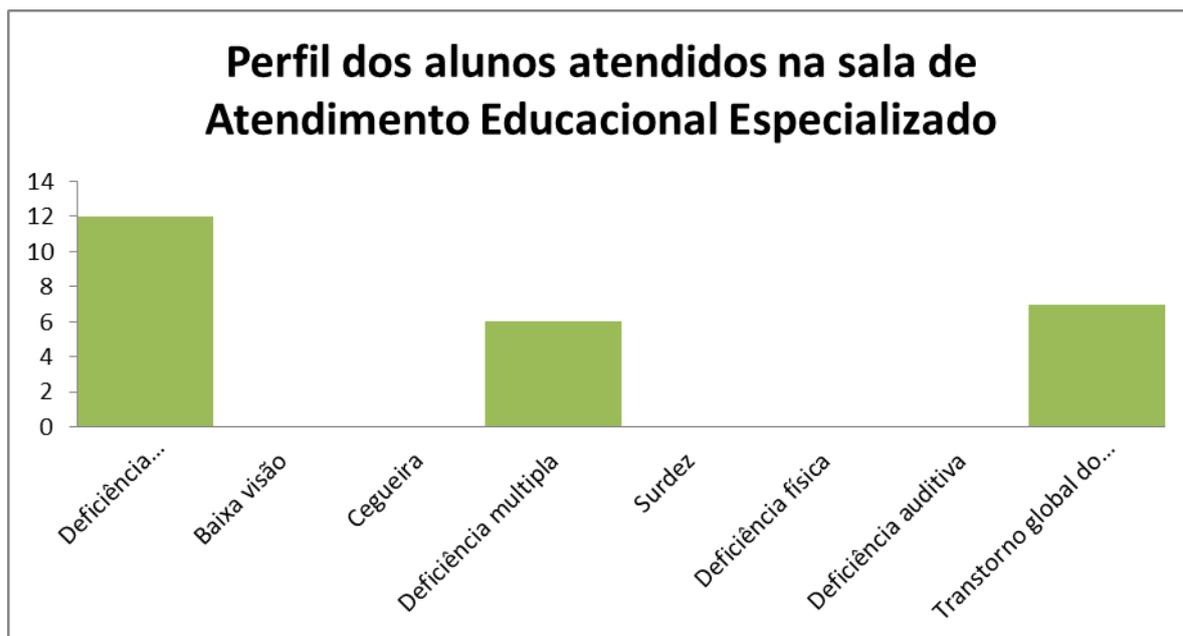
Fonte: elaboração própria

Conforme exposto pelo gráfico 1, na escola, considera-se um total de 4 (quatro) turmas do ensino fundamental (anos iniciais), sendo 1 (uma) turma com 5 (cinco) alunos de 2º Ano, 1 (uma) turma com 2 (dois) alunos de 3º Ano, 1 (uma) turma com 1 (um) aluno de 4º Ano, e 1 (uma) turma com 2 (dois) alunos de 5º Ano. Os demais alunos que frequentam a sala de Recursos Multifuncionais são 15 (quinze) alunos de outras instituições de ensino, inseridos na Educação Infantil e Ensino Fundamental anos iniciais.

#### 4.1.2 Perfil dos alunos atendidos na sala de AEE:

Conforme apontado pelo gráfico 2, o perfil dos alunos atendidos, 12 (doze) deles possuem deficiência mental/intelectual, 6 (seis) alunos possuem deficiência múltipla e 7 (sete) alunos possuem transtorno global do desenvolvimento.

Gráfico 2:



Fonte: elaboração própria

#### 4.1.3 Formação dos docentes

As docentes entrevistadas da sala de ensino regular têm em torno de 6 (seis) a 20 (vinte) anos de profissão e a maioria é formada em cursos presenciais. Todas possuem pós-graduação em psicopedagogia ou em educação inclusiva.

A professora responsável pelo Atendimento Educacional Especializado é graduada em pedagogia em instituição de ensino privada e cursou pós-graduação em Atendimento Educacional Especializado (AEE), com carga horária de 1000 (mil) horas.

## 4.2 ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS ÀS PROFESSORAS DA SALA REGULAR

### 4.2.1 Opinião sobre a inclusão de crianças com deficiência na sala de recursos. (se há melhorias ou não?).

De acordo com o gráfico 3, das quatro docentes entrevistadas, duas acreditam que houve bons resultados e outras duas consideram que não houve melhorias. As justificativas das respostas variaram muito, pois cada professor se relaciona com deficiências diversas (deficiência múltipla, deficiência

mental/intelectual e Transtorno global do desenvolvimento) e alunos com níveis diferentes de dificuldades; portanto os resultados obtidos na aprendizagem e desenvolvimento variam muito de um aluno para outro.

Gráfico3:

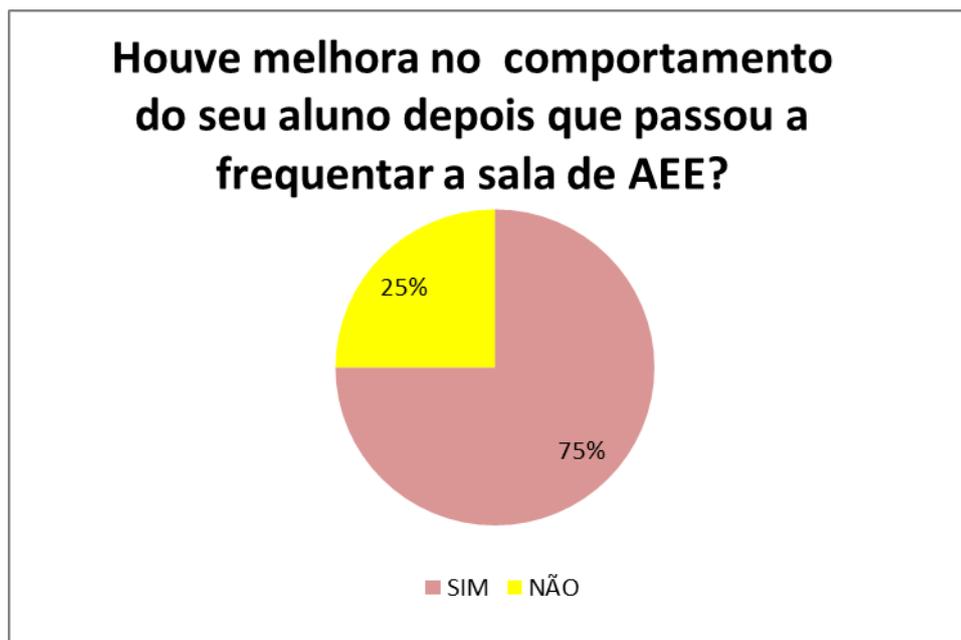


Fonte: elaboração própria

#### 4.2.2 Mudanças comportamentais a partir dos atendimentos realizados na sala de AEE.

Conforme exibido no gráfico 4, todas as docentes responderam essa questão, sendo que as justificativas das respostas foram várias, pois cada uma se expressou de uma forma, mas em geral quase todas perceberam que tiveram mudanças comportamentais nos alunos através dos atendimentos na sala de AEE; apenas uma professora opinou que não houve melhora, pois os alunos veem esse atendimento como um horário de brincadeiras, já que as atividades envolvem jogos, o que causa uma interpretação equivocada do lúdico na aprendizagem por parte dos educandos. Observa-se o gráfico:

Gráfico 4:

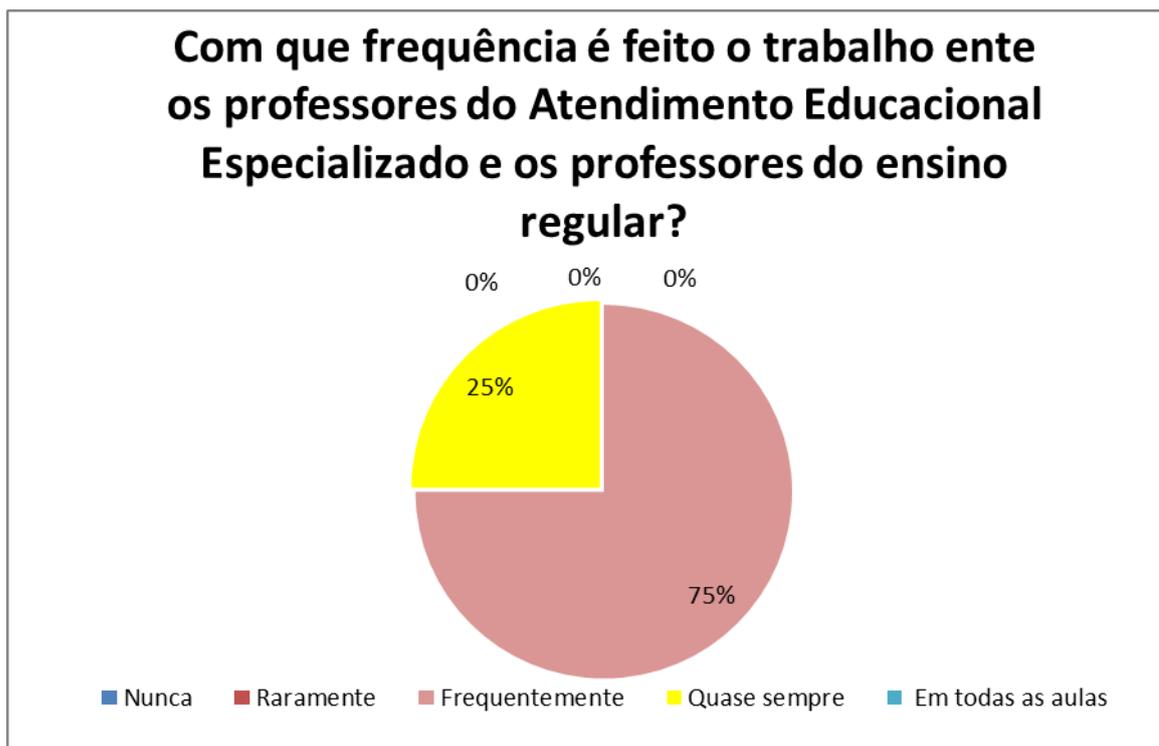


Fonte: elaboração própria

#### 4.2.3. Parceria do trabalho entre professores

Conforme apontado pelo gráfico 5, foram interrogadas as docentes das turmas para saber qual a frequência em que os professores do Atendimento Educacional Especializado e os professores do ensino regular se reuniam para conversarem e trabalham entre si (ação coletiva) e 75% (setenta e cinco por cento) dos entrevistados responderam que, frequentemente, fazem trabalhos com os professores do AEE. Por outro lado, 25% (vinte e cinco por cento) responderam que quase sempre, ou seja, com muita regularidade, é feito um trabalho entre eles.

**Gráfico5:**



Fonte: elaboração própria

### 4.3 ANÁLISE DO QUESTIONÁRIO APLICADO A PROFESSORA DA SALA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

#### 4.3.1 Entendimento sobre dificuldades enfrentadas no cotidiano da sala de AEE

A professora da sala do Atendimento Educacional Especializado relata que há muitas dificuldades relacionadas à sociedade (comunidade escolar como um todo), a mesma afirma que os alunos são tratados com diferença pelos outros alunos e pelas pessoas que frequentam a escola (funcionários), enxergando esses educandos de uma outra maneira, sendo um fato excludente entre os alunos deficientes e outros educandos. A escola trabalha diariamente condições de educação igualitária, mas mesmo assim há muito preconceito no contexto escolar.

#### **4.3.2 Parceria realizada entre a gestão, as professoras da sala regular e o AEE; trabalho e comunicação entre professoras do Atendimento Educacional Especializado e professoras do ensino regular.**

A docente da sala do Atendimento Educacional Especializado relata que é um trabalho colaborativo entre as professoras da sala e a gestão, buscando sempre englobar a família/aluno/espço escolar, para facilitar e identificar as dificuldades de aprendizagem de cada aluno, e, assim, formar estratégias para o educando alcançar as mesmas oportunidades de toda turma na qual são matriculados.

O projeto político-pedagógico ocupa um papel central na construção de processos de participação, portanto, na implementação de uma gestão democrática. Envolver os diversos segmentos na elaboração e no acompanhamento do projeto pedagógico constitui um grande desafio para a construção da gestão democrática e participativa (MEC, 2007, p.22)

A rotina diária de comunicação entre a equipe escolar torna o ambiente educacional mais organizado, melhorando o rendimento dos alunos, docentes e gestores.

#### **4.3.3 Entendimento das contribuições da sala de recursos multifuncionais para a efetivação da inclusão escolar.**

Na opinião da professora da sala do Atendimento Educacional Especializado, a sala facilita a acessibilidade com os recursos tecnológicos adaptados, trabalhando sempre a especificidade da deficiência de cada educando, e, conseqüentemente, desenvolvendo a autonomia e a independência dos alunos dentro e fora da escola.

#### **4.3.4 Outras considerações observadas:**

A instituição se preocupa muito com a acessibilidade dos alunos deficientes matriculados, procurando sempre oferecer recursos físicos e materiais didáticos. O prédio e os sanitários são devidamente planejados para atender os educandos ali matriculados, incluindo o transporte escolar para facilitar o acesso à escola com a presença de um monitor.

Para impulsionar a inclusão educacional foi criado em janeiro de 2003, o Ministério das Cidades que tem como uma de suas atribuições o estabelecimento das diretrizes da política nacional de transporte público e da mobilidade urbana pela SeMob – Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana, desde então, a SeMob implementou o “Programa Brasil Acessível” o Programa Brasileiro de Acessibilidade Urbana, que tem como objetivo estimular e apoiar os governos municipais e estaduais a desenvolver ações que garantam a acessibilidade para pessoas com restrição de mobilidade e deficiência em todos os lugares públicos. A escola, através do Projeto Político Pedagógico, também promove a acessibilidade capaz de eliminar as barreiras para o pleno desenvolvimento, aprendizagem e participação dos educandos, considerando as suas necessidades específicas.

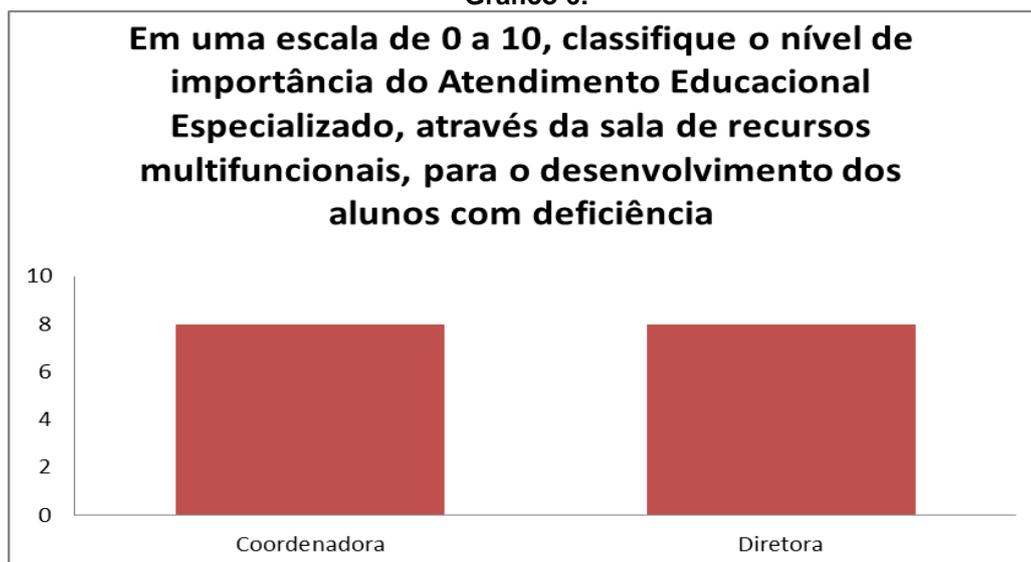
#### **4.4 ANÁLISE DO QUESTIONÁRIO APLICADO À GESTÃO ESCOLAR**

##### **4.4.1 Dimensão quantitativa sobre a eficácia do Atendimento Educacional Especializado, através da sala de recursos multifuncionais, para o desenvolvimento dos alunos com deficiências.**

Conforme apontado pelo gráfico 6, foram entrevistadas a equipe gestora, composta pela coordenadora pedagógica e pela diretora da escola, a respeito da eficácia do Atendimento Educacional Especializado na sala de recursos Multifuncionais, tendo assim uma nota considerável para a importância do desenvolvimento desses alunos. Ambas deram as mesmas notas para as duas perguntas.

A questão proposta foi para se avaliar: “Em uma escala de 0 a 10, classifique o nível de importância do Atendimento Educacional Especializado, através da sala de recursos multifuncionais, para o desenvolvimento dos alunos com deficiência”. Como resposta, foi feita a seguinte constatação:

Gráfico 6:

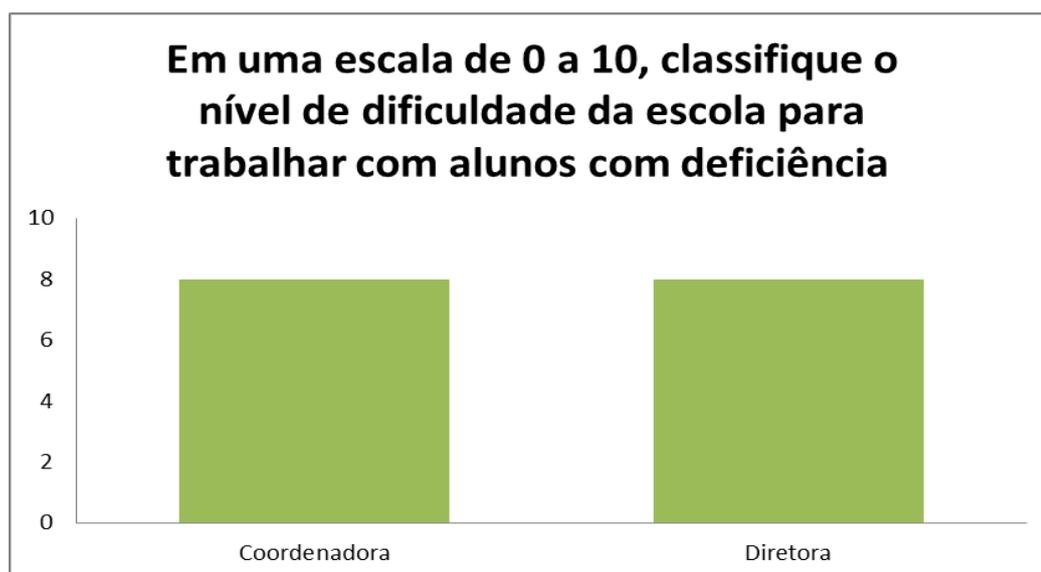


Fonte: elaboração própria

#### 4.4.2 Nível de dificuldade da escola para trabalhar com alunos com deficiência.

A questão proposta foi direcionada aos gestores da escola, com o seguinte questionamento: “Em uma escala de 0 a 10, classifique o nível de dificuldade da escola para trabalhar com alunos com deficiência”. Como resposta, foi feita a seguinte análise:

Gráfico 7:



Fonte: elaboração própria

A entrevista respondida por ambas, a respeito das dificuldades encontradas para trabalhar com alunos deficientes no contexto escolar e ambas deram as mesmas notas para as duas perguntas.

Percebe-se que outro ponto importante são as políticas educacionais, tendo em vista o fato de as escolas apresentarem dificuldades no que diz respeito ao recebimento de recursos do governo, e, conseqüentemente, não terem materiais suficientes para complementar a aprendizagem dessas crianças.

#### **4.4.3 Análise dos gestores sobre o atendimento educacional especializado realizado nas salas de recursos multifuncionais para alunos com necessidades educacionais especiais e sobre como é realizado o trabalho entre a gestão e o próprio AEE.**

A diretora e a coordenadora pedagógica entenderam o Atendimento Educacional Especializado como atividades complementares para a formação dos alunos, realizado por meio de estratégias e recursos que eliminam barreiras para a plena participação do educando na vida social e cognitiva.

Já o trabalho e a interação entre a gestão e o AEE, de acordo com as informações das gestoras, é realizado da mesma forma de como acontece com os professores da sala regular, com parceria e diálogo, em que a gestão orienta e acompanha o desenvolvimento dos trabalhos e a equipe segue as orientações necessárias para o desenvolvimento das aulas, assim provocando trocas de experiências que contribuem para o processo educacional. O diálogo no ambiente escolar precisa ser claro para que haja resultados positivos no processo de ensino aprendizagem e, conseqüentemente, tornando a equipe mais segura em seu trabalho pedagógico. Pimenta (1993) destaca que:

O trabalho coletivo tem sido apontado por pesquisadores e estudiosos como o caminho mais profícuo para o alcance das novas finalidades da Educação Escolar, porque a natureza do trabalho na escola – que é a produção do humano – é diferente da natureza do trabalho em geral na produção de outros produtos.

A autora destaca que a comunicação não é uma tarefa simples, mas que é extremamente importante para o ambiente escolar e para diminuir as falhas

existentes nas instituições, gerando, assim, estratégias eficazes para uma educação de qualidade e profissionais preparados para enfrentar os problemas cotidianos.

Portanto, nota-se que o ambiente escolar, quando rico em diálogo, interação e comunicação, contribuem para o desempenho dos diversos papéis — alunos da sala regular, dos alunos com necessidades educacionais especiais, dos professores, da gestão e dos demais funcionários—, evitando assim, problemas ou possíveis dilemas que impeçam o bom funcionamento educacional e que possam gerar um resultado insatisfatório na aprendizagem dos educandos.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Após o estudo realizado, pode-se concluir que o Atendimento Educacional Especializado oferece contribuições importantes para o desenvolvimento dos alunos, não apenas na vida escolar, mas também para sua formação como cidadão.

Deste modo, é possível constatar que a sala de Recursos Multifuncionais é fundamental para que a inclusão escolar aconteça, pois por meio dela os professores de sala conseguiram perceber avanços significativos dentro de seu espaço de atuação.

Outro ponto importante nesse estudo é a posição dos professores de sala do AEE e dos gestores, pois é muito relevante que, assim como foi observado, eles estejam atentos a cada evolução ou dificuldade da comunidade escolar, precisam refletir continuamente sobre as suas estratégias e práticas pedagógicas, procurando sempre colaborar com o professor da sala regular, definindo procedimentos que contribuam para a interação do aluno deficiente com os demais. Ter uma formação continuada ao longo da carreira de quem lida com educação inclusiva é, ainda, necessário para que a demanda educacional aconteça da melhor forma.

Em razão disso, é primordial que haja uma boa relação entre a escola e a família, assim a criança se sentirá mais segura, apoiada e acolhida e só assim a educação inclusiva irá acontecer significativamente, pois a verdadeira inclusão das pessoas é aquela que consegue desenvolver todas as capacidades do aluno com alguma deficiência, oportunizando se inserirem na sociedade como todos os outros.

Houve algumas divergências de respostas entre os entrevistados, pois os professores que mantêm contato direto com os educandos não veem resultados significativos de alguns alunos com uma determinada deficiência específica, isso se

justifica por motivos de a deficiência do educando ser severa ou por acharem que esse atendimento é um horário para brincadeiras; já a direção, que mantém um contato mais distante, avalia que os resultados são consideráveis. Essa divergência de respostas provavelmente ocorre pelo fato de, no dia a dia, existir às vezes falhas naturais no processo de comunicação entre os envolvidos.

Por meio dos dados coletados, principalmente por lidar com as palavras de vários agentes escolares, foi possível analisar os benefícios do Atendimento Educacional Especializado e da sala de Recursos Multifuncionais, sendo perceptível que os alunos, por ocasião desse trabalho, tiveram avanços na aprendizagem, no interesse pelas atividades e, de um modo geral, na comunicação.

A partir da pesquisa, constatou-se, portanto, que as metodologias e os recursos comumente utilizados pelos docentes, quando também devidamente supervisionados pela gestão escolar, propiciam aos educandos um maior avanço em sala de aula e na sociedade, formando, assim, alunos mais preparados, garantindo, por meio da aprendizagem, um desenvolvimento integral.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96)**. Ministério da Educação, 1996.

\_\_\_\_\_. **Manual de Orientação**: Programa de implantação de sala de recursos multifuncionais, Brasília, 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Conselho Escolar, gestão democrática da educação e escolha do diretor**. Secretaria de Educação Básica, caderno 05, 2007. Disponível em <[http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce\\_cad5.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_cad5.pdf)> Acesso em: 23 Jun. 2020.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 4, de 02 de outubro de 2009. **Institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica: Modalidade Educação Especial**. Diário Oficial da União, Brasília, nº 190, p. 17, 05 out. 2009. Seção 01.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Decreto n. 6.571, de 17 de setembro de 2008. **Dispõe sobre o atendimento educacional especializado**. Brasília, 2008.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: A alfabetização de crianças com deficiência: uma proposta inclusiva.** Brasília: MEC/SEB, 2012.

CAMPBELL, Selma Inês. **Múltiplas faces da Inclusão.** Rio de Janeiro: Wak Ed. 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOY, Arilda Schmidt. **Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais.** Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20- 29, 1995.

GONSALVES, E. L. **Iniciação à pesquisa científica.** 2. ed. Campinas, SP: Alínes, 2001.

MANTOAN, Maria Tereza Égler. **Inclusão Escolar: o que é? por quê? como fazer?** 2. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

MORIN, E. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya; Revisão técnica de Edgar de Assis Carvalho. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** 9. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

PIAGET, J. **Seis estudos de Psicologia.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1984.

PIMENTA, S. G. **Questões sobre a organização do trabalho na escola.** Ideias, São Paulo, v.16, p.78-83, 1993.

UNESCO. **Declaração de Salamanca.** Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>.> Acesso em: 11 mai. 2020.